

A PROPÓSITO DE UMA
GRAVURA DE ARMA DA CITÂNIA
DE BRITEIROS (NORTE DE
PORTUGAL). ICONOGRAFIA
GUERREIRA NO FINAL DA
IDADE DO FERRO

*About a weapon engraving in Citânia de
Briteiros (Northern Portugal). Iconography
of war in late Iron Age*

GONÇALO CRUZ

goncalo.cruz@msarmento.org

*Sociedade Martins Sarmento | Laboratório de Paisagens, Património e Território da
Universidade do Minho (Lab2pt)*

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1250-9987>

DOI

https://doi.org/10.14195/0870-4112_3-9_16

Texto recebido em / Text submitted on: 11/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 03/11/2023

Biblos. Número 9, 2023 • 3.ª Série

pp. 351-383

RESUMO

Foi identificado recentemente um motivo gravado na estrutura conhecida como “Casa do Conselho”, na Citânia de Briteiros (Guimarães, Norte de Portugal). Trata-se de uma representação de um “punhal afalcatado” do final da Idade do Ferro, gravado na superfície do banco corrido interior da referida construção. Depois de uma contextualização do espaço, apresenta-se aqui uma caracterização do objeto representado, mencionam-se eventuais paralelos iconográficos e procura-se uma possível interpretação para a gravura. A gravação deste motivo decorativo estará relacionada com a utilização desta casa, possível espaço de comensalidade, celebração, cerimónia ou atividade política. Propõe-se a sua interpretação como sinalizador de estatuto e de hierarquia, entre as pessoas que se sentavam no recinto.

Palavras-chave: Citânia de Briteiros; Armamento; Guerra; Idade do Ferro; Gravura de arma.

ABSTRACT

An engraved motif has been recently identified in the building known as the “Council House”, in Citânia de Briteiros (Guimarães, Northern Portugal). It is a depiction of a *falcata* type sword from Late Iron Age and it was carved in the surface of the inner stone bench of the building. After a general description of the space, here we make a classification of the object depicted, mentioning eventual similar examples and searching for an interpretation of the engraving. The carving of this motif would be related with the function of the house, a possible space of commensality, celebration, ceremony or political activity. Here we propose its interpretation as a marker of status and hierarchy, among the people that use to sit on this enclosure.

Keywords: Citânia de Briteiros; weaponry; War; Iron Age; Weapon engraving.

INTRODUÇÃO

Foi identificado ocasionalmente, no dia 3 de setembro de 2021, um motivo gravado num dos elementos pétreos que integram o banco corrido da chamada “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros (Fig. 1). Posto que nunca antes se tinham observado gravuras na superfície deste banco corrido, foi efetuado, em novembro seguinte, um registo desta gravura, bem como uma observação mais detalhada dos outros elementos do banco, concluindo-se então que apenas um dos elementos em pedra se encontra gravado. A fotografia e decalque da gravura sugeriam tratar-se de uma representação de uma falcata, ou espada curva, arma característica da Idade do Ferro. O facto de a gravura ser muito pouco visível à luz do dia pode ser a razão para não ter sido identificada anteriormente, desconhecendo-se sobre ela qualquer referência. Naturalmente, o espaço em que se insere, carismático e sugestivo, malgrado os poucos conhecimentos sobre ele existentes – porque poucos foram também os trabalhos de que foi alvo – confere um significado especial a esta gravura. Justificou-se, desta forma, um estudo mais detalhado, no âmbito do qual se procurou identificar a tipologia da arma em questão, eventuais paralelos gravados, possíveis fenómenos antecessores e uma interpretação coerente.

O CONTEXTO

A “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros, conhecida por este nome na bibliografia e na informação turístico-cultural do monumento, é uma grande construção circular localizada na acrópole do povoado. Foi construída numa plataforma parcialmente sustentada pela primeira muralha, que domina visualmente o vale do Ave e as cumeadas que o enquadram, avistando-se daqui vários outros povoados fortificados coevos. A sua morfologia é idêntica à da generalidade das restantes estruturas circulares do povoado, sendo as suas extraordinárias dimensões a característica mais particular: os onze metros de diâmetro da estrutura obrigaram a uma maior espessura da parede, de cerca de noventa centímetros em todo o perímetro, um dado que favorece a ideia de que se tratava de um espaço coberto, que nos parece a mais provável. Também neste sentido, supomos que a altura original da parede, cujo nive-

lamento atual lhe foi conferido pelo restauro de 1956 (Cardozo, 1956), não deveria ser muito superior à que hoje vemos, garantindo melhor sustentação à provável estrutura de cobertura em madeira e colmo. Ao longo de quase todo o perímetro da parede interna, conserva-se um banco corrido, construído com blocos de granito contra a própria parede. O mesmo banco não é visível na zona da porta, a oeste, nem numa secção em que está exposta parte de um afloramento granítico, a norte, sobre o qual se construiu a parede da casa. Não estão à vista outros possíveis elementos, como pavimento, lareira ou bases de poste, embora, na zona do referido afloramento, pareçam ressaltar os negativos de um possível lajeado. O interior da casa está hoje ocupado por uma camada humosa, onde regularmente se corta a vegetação. É possível que o nível de circulação original estivesse a uma cota mais baixa que a superfície atual, o que é sugerido, desde logo, pela pequena altura visível do banco corrido.

A estrutura foi descoberta provavelmente na campanha sarmentina de 1892, pelo que se observa no notável registo topográfico de Álvaro de Castelões (Fig. 2), desse mesmo ano, e pela inexistência de referências anteriores. É Cristóvão Aires que, em 1896, depois de trocar correspondência com Martins Sarmiento, publica, sob autorização, a planta de Castelões e refere esta casa, “que pelo seu tamanho, que se avanta às demais edificações, parece seria o lugar destinado às grandes assembléas” (Aires, 1896: 426).

A quase inexistência de paralelos coevos noutros castros, faz da interpretação deste edifício como local de reunião de um conselho comunitário, em larga medida conjectural, apesar de muito provável, pela simples observação das características da construção. É esta a interpretação que lhe dão vários autores (Cardozo, 1956: 511; Silva, 1981-82: 85; Fabião, 1993: 197; Lemos, 2009: 149), que assumem que a existência destes edifícios seria habitual no interior dos castros. A interpretação desta curiosa construção como local de realização de banquetes coletivos, foi desde logo sugerida por Mário Cardozo, prática que Alain Tranoy articulou com o funcionamento de um “conselho dos anciãos” (Tranoy, 1981: 108) – sem, contudo, se referir ao espaço físico que aqui tratamos. Mais recentemente, Lois Armada (Armada Pita, 2005: 529-530), incluiu a “Casa do Conselho” de Briteiros no conjunto das casas de utilização comunitária dos castros, que interpreta à luz do fenómeno dos banquetes coletivos.

A inexistência de trabalhos arqueológicos recentes na área ocupada por esta construção, posteriores ao restauro da década de 1950, limitam a datação do edifício que, contudo, se pode considerar como anterior ao estabelecimento da malha ortogonal do povoado, genericamente datável do século I antes da nossa Era (Cruz, 2015: 408). Com efeito, a localização da “Casa do Conselho”, sem dúvida estratégica e simbólica (Lemos, 2009: 149), está desenquadrada da organização dos arruamentos da acrópole do povoado, embora pareça, de certa forma, harmonizar-se com o denso bairro de construções circulares, sem arruamentos, que lhe fica próximo.

Até 2004/2005, não se conheciam paralelos claros com a “Casa do Conselho” de Briteiros. Contextos como as grandes cabanas identificadas nos povoados de Chao Samartín, nas Astúrias, e de Torroso, na Galiza, às quais se atribui um carácter comunitário, podem, de facto, materializar um fenómeno antecessor, dada a sua cronologia muito mais antiga (Armada Pita, 2008: 142-143). No caso de Chao Samartín, aliás, a antiga cabana comunitária parece ter dado origem a uma praça lajeada rodeada de bancos, que talvez se possa integrar na fase de maior esplendor do povoado, na segunda metade do século I d.C. (Villa Valdés, 1999-2000: 384 e 394). No contexto cronológico dos finais da Idade do Ferro, conhecem-se vários exemplos de casas circulares com banco interior, integradas em espaços habitacionais, como acontece com uma outra estrutura em Briteiros, na encosta nascente (Cruz, 2020: 121). Será também o caso das conhecidas estruturas com bancos da Cividade de Afife/Âncora (Silva, 2007: 61), do Castro de São Lourenço (Almeida e Almeida, 2008: 24) ou da Citânia de Sanfins¹, indiciando tratar-se de uma solução arquitetónica usual. Já o curioso caso da estrutura oblonga com banco interior corrido na Cividade de Cossourado, Paredes de Coura, levanta alguma indefinição. A estrutura foi interpretada por Fátima Matos Silva, responsável pela sua descoberta, escavação e restauro, como local de reunião e de encontro comunitário (Silva, 2006: 279). Apesar de considerar-

¹ A descoberta da estrutura com banco corrido interior em Sanfins ocorreu na campanha de escavações realizada em 2010 (informação pessoal de Armando Coelho Ferreira da Silva).

mos como válido o raciocínio desta autora, as dimensões do espaço interior da estrutura, de 5,85m de comprimento, por 3,60m de largura, sugerem a possibilidade de se tratar de um espaço familiar, idêntico aos casos citados. Contudo, tendo em conta a cronologia de ocupação do povoado, que terá sido habitado desde o século VII a.C. e abandonado no século II a.C. (Silva, 2006: 369), e considerando a interpretação da responsável pela descoberta, podemos estar diante de um fenómeno precedente ao modelo que conforma a grande casa de Briteiros.

Ainda que a “Casa do Conselho” de Briteiros possa ser encarada como uma reprodução, à escala do povoado, de espaços de reunião/refeição familiar (Lemos, 2009: 150), apresentando, assim, idêntica configuração, cremos que as casas de utilização comunitária podem ser identificadas em função do seu tamanho ou da sua implantação. Com efeito, entre 2004 e 2005, as escavações no Castro do Vieito (Perre, Viana do Castelo) trouxeram a público uma casa circular (Fig. 3) de dimensões similares à de Briteiros, rondando os dez metros de diâmetro, com um banco corrido, mal conservado, ao longo da parede interior e com uma posição de centralidade, dominando visualmente o resto do povoado, interpretada como “cabana comunitária” (Silva, 2008: 60-61). Embora se reconheçam aqui algumas diferenças, como a monumentalização dos acessos desta casa comunitária do Vieito, tudo indica que é este um bom paralelo com a “Casa do Conselho” de Briteiros. Segundo o seu descobridor, terá evoluído a partir de uma construção oblonga, posteriormente alterada, dentro das estritas balizas cronológicas então avançadas para a ocupação deste povoado, entre os finais do século I a.C. e os meados do século I d.C. (Silva, 2008: 42). Infelizmente, as circunstâncias do estudo do Castro do Vieito determinaram a remoção dos vestígios da área escavada deste povoado, através do qual se veio a construir o troço da autoestrada A28 (Silva, 2008: 4). Desconhecemos a existência de qualquer elemento gravado no interior ou exterior desta grande casa.

Deste modo, foi num dos elementos do banco corrido desta carismática “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros que se operou a gravação de uma arma. O bloco com a gravura localiza-se do lado sul da construção, sensivelmente à direita da porta de entrada (Fig. 4). A interpretação deste motivo

gravado parece-nos indissociável da utilização e simbolismo do espaço em que se insere, a menos que a gravura fosse anterior à utilização do elemento pétreo, que não nos parece ser o caso.

A representação de arma de que aqui tratamos, que aparenta, pela sua configuração mais evidente, tratar-se de uma falcata, é uma gravura operada sobre a superfície horizontal do bloco granítico que integra o banco corrido do espaço interior da casa (Fig. 5). Tudo indica que a gravura foi feita depois da conceção do bloco em questão, como dissemos, posto que se denota o afeiçoamento prévio da superfície gravada. Isto posto, ou o motivo foi gravado aquando da construção do edifício, ou depois de o mesmo já ter sido construído. Não é impossível que o bloco fosse proveniente de outro local, e reaproveitado nesta casa, podendo-se atribuir uma anterioridade à gravura. No entanto, a harmonização entre os blocos que formam o banco corrido, seguindo na perfeição a curvatura da parede interior, sugere que os elementos de granito foram esculpidos para este fim específico.

Observando-se o decalque da gravura (Fig. 6), a parte correspondente à folha da espada foi representada com uma linha contínua, sem qualquer decoração, como as caneluras que são habituais nas falcatas ibéricas. A empunhadura foi gravada em relevo e, embora tenha sido representada com a configuração típica, não é perceptível uma eventual morfologia zoomórfica, nem se seria metálica ou em madeira. A parte superior, oposta à que representará o gume da espada, está menos visível, devido ao destacamento parcial da superfície do elemento pétreo. A espada representada tem cerca de quarenta centímetros e foi gravada com o gume para o observador, ou seja, para o lado de dentro da casa, ocupando a superfície do banco no sentido longitudinal. Está orientada sensivelmente de leste (empunhadura) para oeste (ponta da folha).

O OBJETO REPRESENTADO

A arma que vemos gravada neste bloco tem o formato de uma falcata (Fig. 7), espada de folha curva amplamente utilizada em diferentes regiões da Península, entre os séculos V e I antes de Cristo (Gabaldón, 2003: 2). Houve algum debate acerca das origens gregas – a famosa *kopis* – ou etruscas da

falcata ibérica, para a qual, contudo, se considera consensualmente uma origem mediterrânica (Tristão, 2012: 68). Deste modo, a ocorrência dos achados de falcatas é mais expressiva no Levante peninsular, e, no caso português, a recolha de falcatas ibéricas típicas quase se circunscreve ao Sul do país, com a notável exceção do achado ocorrido nas imediações do Castro de Frades, em Montalegre (Tristão, 2012: 71).

Recorrendo às palavras de Leandro Tristão: “a falcata é uma arma ofensiva, permitindo dois métodos de ataque, o de impulsão e o de perfuração, através do movimento rápido de uma direção para outra. Qualquer um destes métodos pode conferir golpe mortífero.” (Tristão, 2012: 75). A observação atual sobre esta espada antiga parece confirmar a sua utilidade e o carácter inovador na luta corpo a corpo, o que terá propiciado a sua difusão geográfica. Com efeito, tudo indica que, ao longo da II Idade do Ferro, a falcata ibérica, tipologia provavelmente aperfeiçoada a partir do já referido modelo importado, integrou o armamento habitual dos guerreiros em várias regiões, inclusive no Ocidente da Península, sugerindo a sua perfeita adequação às táticas de combate mais comuns, quer entre os Lusitanos, quer entre as populações que habitavam a norte do Douro, muito baseadas na emboscada e no ataque repentino e de curta duração, sem formações fechadas dos guerreiros (González García, 2007: 42-43).

No noroeste da Península, porém, a falcata parece ter inspirado uma produção local, que é a forma mais comum, com uma morfologia distinta e, sobretudo, de menores dimensões que a falcata típica e, por essa razão, conhecida como “punhal afalcatado” (González-Ruibal, 2006-07: 437). Assim, exceto o referido achado de Montalegre, os exemplares recolhidos nos castros do noroeste enquadram-se nesta tipologia: além das ligeiras diferenças na morfologia da folha, da ausência de decoração (Silva, 2007: 256) e da ausência do característico formato zoomórfico da empunhadura (Tristão, 2012: 71), o comprimento dos “punhais afalcatados” do noroeste não passaria os trinta e cinco centímetros (González-Ruibal, 2006-07: 437), enquanto que a falcata ibérica teria um comprimento de cerca de sessenta (Tristão, 2012: 69). Adaptou-se, assim, uma tipologia de arma vinda de fora, à realidade local, fosse pela adequação às práticas de combate dos guerreiros do noroeste, fosse pela racionalização dos recursos, nomeadamente metálicos.

Os pormenores da gravura, referidos no ponto anterior, sugerem que a arma gravada será um “punhal afalcatado”, idêntico aos exemplares recolhidos no noroeste da Península. De facto, supondo que a arma foi representada à escala real, como sugerem os quarenta centímetros da gravura, as suas dimensões são equiparáveis à desta tipologia comum nos nossos castros.

A difusão destas armas em ferro no noroeste da Península deve ter sido propiciada pelo contacto e trânsito de pessoas e bens entre o sul e o norte do Douro. A dispersão dos achados de punhais afalcatados parece restringir-se aos atuais norte de Portugal e sul da Galiza, não sendo conhecidos exemplares oriundos de todo o território para norte de Ourense (González-Ruibal, 2006-07: 436-438). Este aspeto parece sugerir a difusão da falcata a partir da Lusitânia.

PARALELOS ICONOGRÁFICOS

Naturalmente, a busca de iconografia relacionável com a gravura que aqui descrevemos começou por possíveis paralelos rupestres, embora, na verdade, não estejamos diante de um exemplo de arte rupestre, mas antes de um elemento arquitetónico decorado, como muitos outros recolhidos neste e noutros povoados da Idade do Ferro.

Ao contrário de épocas mais recuadas, como o Calcolítico e a Idade do Bronze (Alves, 2003: 191), a representação de armas na arte rupestre da Idade do Ferro, no Entre Douro e Minho, é rara, sendo mesmo inexistente nas manifestações rupestres identificadas na bacia do Ave (Cardoso, 2015: 213-223). Entre os casos de representação rupestre de armas, nomeadamente de espadas ou punhais, eventualmente atribuíveis à Idade do Ferro, os exemplares representados também não coincidem com esta tipologia de arma. No sítio rupestre conhecido como “Penedo do Matrimónio”, em Montalegre, foram identificados no conjunto gravado quatro elementos triangulares que aparentam ser quatro punhais metálicos (Bettencourt et al., 2004: 65). A equipa responsável pelo estudo do conjunto integra estas gravações no mesmo contexto cronológico dos restantes elementos gravados, os meados do III milénio a.C. (Bettencourt et al., 2004: 70). Ainda que uma datação relativa

alternativa atribua estes quatro punhais à Idade do Ferro, aos séculos III-II a.C. (Gomes, 2004-05: 58) os punhais aqui representados, não são tipologicamente comparáveis ao exemplar gravado na “Casa do Conselho”. Também no caso da rocha 6 do Monte das Porreiras, em Paredes de Coura, a terceira fase de gravação, datada do final da Idade do Ferro, não contém iconografia de espadas, sendo os “punhais de antenas” ali representados atribuídos à fase anterior, ou seja, ao Bronze Final ou ao início da Idade do Ferro (Coutinho et al., 2022: 185-187).

Porém, avançando para territórios interiores, a falcata é um dos motivos representados na arte rupestre característica da II Idade do Ferro. É o caso de vários sítios rupestres do baixo vale do Côa, e do trecho correspondente do vale do Douro, em que a falcata integra a panóplia de armas representadas em vários painéis, geralmente não associadas a antropomorfos, exceto num dos casos, em que uma das figuras parece brandir uma falcata (Luís, 2023: 211 e 258). Também no vale do Sabor, entre os muitos exemplares de arte móvel recolhida nos sítios fortificados do Castelinho (Torre de Moncorvo) e de Crestelos (Mogadouro), afetados pela construção da recente barragem e, nesse contexto, alvo de estudo intensivo, a falcata surge como um dos elementos figurados. É disso elucidativo o recente estudo de Andreia Silva, que nos dá conta de que a espada é o segundo motivo mais representado do conjunto das armas ofensivas, incluindo um exemplar de falcata, embainhada à cinta de um antropomorfo (Fig. 8), e considerada atípica pela ausência da característica empunhadura, que aqui aparece representada com formato “semicircular e com uma bainha com conto arredondado, que a aproxima das espadas de frontão mais antigas” (Silva, 2020: 78). Também mais a sul, em Tondela, a falcata parece ser um dos motivos representados em painéis do sítio rupestre de Molelinhos, em parte atribuídos à II Idade do Ferro (Vilaça e Bottaini, 2021: 258-259; Silva, 2007: 256). Terminando esta necessariamente incompleta súpula de representações rupestres da falcata, não podemos deixar de referir o expressivo caso de alguns painéis gravados do santuário rupestre do Molino Manzániz, na província de Badajoz, na margem do Guadiana (Fig. 9), em que a falcata nos surge amplamente representada (Royo Guillén, 2009: 63), num contexto geográfico desenquadrado do nosso caso de estudo.

Temos consciência que a representação da falcata nos conjuntos rupestres supra referidos não se pode equiparar ao fenómeno verificado na “Casa do Conselho” de Briteiros, pelo facto de os exemplos citados estarem geograficamente distantes, e o seu contexto de gravação ser necessariamente distinto. Contudo, assinala-se a existência do motivo representado numa época coeva, o que talvez possa ajudar a deslindar a possível simbologia que encerra.

O paralelo mais próximo parece ser, curiosamente, numismático. É amplamente conhecida a iconografia do armamento indígena nas chamadas “moedas da *caetra*”, emissões monetárias da época de Augusto, cunhadas a partir de 27 a.C. (García-Bellido, 2006: 696) ou apenas a partir de 19-18 a.C. (Centeno, 2020: 104), ou seja, durante ou imediatamente depois das Guerras Cantábricas e, portanto, no último fólio da Idade do Ferro. Não nos detendo nas especificidades que rodeiam esta emissão monetária, designadamente a controvérsia acerca do seu local de cunhagem, apenas afluamos aqui os aspetos iconográficos. Destaca-se, assim, a estilização dos característicos escudos circulares no reverso da própria moeda, com o umbo representado no centro e, na maior parte dos casos, uma decoração em quatro secções idêntica às *caetrae* representadas em algumas das conhecidas estátuas de guerreiros, designadamente os casos enquadráveis no grupo 8 da tipologia definida por Thomas Schattner para estas esculturas (Schattner, 2004: 26). Alguns exemplares de moedas representam apenas o escudo, mas outros incluem outras armas. Dos onze exemplares desta tipologia, recolhidos na Citânia de Briteiros, todos em escavações antigas, destaca-se a numisma recolhida por Martins Sarmiento em junho de 1879 (Sarmiento, 1905: 99-100), por nela constar, à semelhança de outros exemplares conhecidos, a *caetra*, um par de lanças, um punhal – aparentemente idêntico aos que também figuram, embainhados, nas estátuas mencionadas, ou mesmo um “punhal de antenas” – e uma falcata, ou “punhal afalcatado” (Figs. 10 e 11).

Uma interpretação tradicional propõe que o reverso destas moedas representa a submissão dos povos indígenas ao exército romano, retratando as armas dos vencidos, ou as armas romanas sobre as armas dos vencidos, a partir da assunção, em nosso entender errada, de que o punhal e a falcata serão armas do exército romano, sobrepostas a um escudo indígena (Núñez

Meneses, 2014: 111-112). Os destinatários desta emissão monetária, e da mensagem que encerraria, seriam, nesta perspetiva, os legionários romanos. Por outro lado, uma leitura mais recente propõe que o armamento visível no reverso destas moedas, com a decoração típica dos escudos das estátuas da área mais meridional do noroeste e com a falcata – arma característica do mesmo território que, como vimos, não está documentada nas terras mais setentrionais –, representa antes as armas dos guerreiros Galaicos e Lusitanos que, no contexto das Guerras Cantábricas, não terão lutado contra as legiões romanas, mas que com elas terão colaborado (González-Ruibal, 2006-07: 437-438). Nesta perspetiva, oposta à anterior, mas que nos parece ser a mais provável, os destinatários da mensagem iconográfica transmitida por estas moedas não serão apenas os legionários romanos, mas sobretudo as populações locais, não da área conquistada, mas de território há muito pacificado. Não nos esqueçamos que eram sobretudo estas populações que interessava integrar numa economia monetária, anteriormente inexistente. Isto coincide com o âmbito territorial da dispersão dos achados de numismas, onde se incluem muitos povoados indígenas, e não obsta a que se trate de uma emissão em ambiente militar (Centeno, 2020: 104). Em qualquer dos casos, a sua função propagandística é evidente, e a sua iconografia parece evocar a elite guerreira indígena, apresentando assim esta panóplia de armas como símbolo do seu poder efetivo. Isto talvez se relacione com a gravura de falcata que aqui nos ocupa.

INTERPRETAÇÃO

Determinar o significado que um certo símbolo poderia representar para as populações que o gravaram e que o observavam, é um exercício complexo, por muito que a representação de uma arma possa ser mais evidente que um motivo abstrato, sugerida naturalmente a sua identificação com a temática da guerra.

No caso do Calcolítico e da Idade do Bronze, alguns investigadores integram a representação de armas num contexto de “ideologia da guerra”, de legitimação do poder, ou de uma comunidade de guerreiros que poderia

realizar rituais de agregação nos locais onde se identificaram rochas gravadas (Vázquez Varela, 1999: 21). No entanto, as interpretações mais recentes tendem a observar os motivos representados em função do contexto espacial dos sítios, analisando a sua implantação e as suas características físicas. Os sítios rupestres com presença de armas gravadas são mais consensualmente interpretados como locais de agregação, mas onde as gravuras poderiam materializar significados simbólicos ou atos de carácter cerimonial, oferendas, evocações do ciclo solar, estando eventualmente relacionados com outros testemunhos materiais: depósitos, *tumuli* ou povoados (Santos-Estévez et al., 2017: 152 e 163-165). Enquadrável nesta ordem de ideias, a gravação de armas, ou de artefactos metálicos em geral, neste período, poderia ser levada a cabo por quem, na esfera do simbólico, manipularia diferentes elementos, como poderia ser a metalurgia, assim interpretada neste contexto cronológico (Alves, 2003: 191). De uma forma ou de outra, cremos que na época em que se insere esta gravura de falcata, que será o final do I milénio a.C., os possíveis significados da gravação desta temática podem ter mudado substancialmente em relação às primeiras gravações de armas e aos vários exemplos datados do Bronze Final.

A menor ocorrência de gravuras de armas na arte rupestre, na Idade do Ferro, comparativamente aos vários sítios gravados nos períodos anteriores, pode ser interpretada no âmbito das discontinuidades verificadas no início desta fase, quando uma maior sedentarização das comunidades pode ter propiciado a substituição do carácter simbólico de defesa, assumido pelas representações rupestres, por uma sensação de defesa mais concreta e expressiva, como será a fortificação dos povoados (González García, 2007: 36). Ao mesmo tempo, pode ter-se verificado uma substituição do carácter restrito e elitista da guerra e das armas, no Bronze Final, por um contexto mais coletivo, em que a guerra terá adquirido um carácter de defesa da comunidade, cuja coesão está também visível no esforço coletivo que terá implicado a construção dos povoados fortificados (González García, 2007: 39).

De facto, este cenário parece ter-se alterado nos últimos séculos que antecederam a transição da Era. Os vários investigadores que se têm debruçado sobre a Idade do Ferro no noroeste de Portugal, coincidem na definição de

uma fase final marcada por significativas alterações a nível do povoamento e da estrutura socioeconómica das comunidades castrejas. Destaca-se neste contexto, tradicionalmente balizado entre a campanha de Décimo Júnio Bruto e o Principado de Augusto, o surgimento de povoados de maiores dimensões que parecem materializar uma hierarquia. Os chamados *oppida*, ou “grandes castros”, estariam à cabeça de territórios povoados por castros mais pequenos, e concentrariam funções políticas, económicas, militares e religiosas, no que se podem considerar as primeiras experiências urbanas na região, num fenómeno conhecido como “oppidização” ou protourbanismo (Silva, 2007: 52-57; Martins, 1990: 149-151; González-Ruibal, 2006-07: 328-382; Lemos, 2009; Cruz, 2015). Incluem-se nesta definição povoados como Briteiros, Sanfins, Bagunte, São Julião, cujas superfícies ultrapassarão os dez hectares, e nas imediações dos quais se conhecem povoados relativamente mais pequenos.

É inegável, neste processo, a influência dos eventos históricos relacionados com a conquista romana da Península Ibérica, a partir do século III a.C., começando pela Segunda Guerra Púnica; as Guerras Lusitanas, cujo real impacto no noroeste deve ser considerado; a referida campanha de Bruto, que pela primeira vez terá atingido os territórios a norte do Douro; a expedição de Marco Licínio Crasso; o episódio de Marco Perpena, no contexto das manobras sertorianas; a campanha de Júlio César. Num território aberto à influência externa desde uma fase muito recuada (González-Ruibal et al., 2010: 580), as consequências destes episódios militares fizeram-se naturalmente sentir, quer porque as guerras de Roma se fizeram contra povos e territórios com os quais havia contactos – que se viram, assim, forçosamente alterados – quer porque pode ter havido participação direta de guerreiros originários desta zona nos conflitos desenrolados noutros cenários geográficos. A partir da campanha de Bruto, as expedições romanas, orientadas por diferentes objetivos e interesses, afetaram diretamente as terras a norte do Douro.

Esta série de eventos de âmbito militar não são seguramente razão única para o desenvolvimento dos *oppida*, fenómeno que terá sido influenciado por uma multiplicidade de fatores, inclusive de âmbito demográfico e económico. Mas podem explicar, em nosso entender, toda uma nova perceção da guerra,

das suas consequências e das suas estratégias, uma nova visão sobre as matérias de conflito e de negociação e uma aparente aposta na afirmação de uma elite guerreira socialmente dominante. Este fenómeno foi identificado por Alfredo González-Ruibal como a “exacerbação do conflito” (González-Ruibal, 2006-07: 441-450) que se caracteriza por uma recrudescência dos aspetos bélicos da sociedade, pela “tribalização” – ou seja, o reforço dos aspetos identitários, aglutinando comunidades em unidades territoriais ou políticas de maior escala – pela construção de grandes sistemas de fortificações e pela centralização do poder exercido por elites guerreiras locais. Isto fez com que, recorrendo às palavras de Manuela Martins, as comunidades dos castros tenham evoluído “para esquemas de desigualdade e hierarquia, sem dúvida mais adaptados à interacção com as áreas já romanizadas da Península.” (Martins, 2009: 218-219). É neste sentido que Francisco González García recorre ao conceito de “zona tribal” para definir o noroeste da Península no final da Idade do Ferro, como um território que entrou na órbita de influência de um estado, com a alteração das estruturas socioeconómicas, políticas e culturais que isso implica, mas que não se encontrava sob a sua administração (González García, 2007: 26-27).

A construção de aparatosos esquemas defensivos nos vários castros, com sucessivas linhas de muralha – que vão muito para além da área edificada dos povoados – sistemas de fossos e taludes e portas fortificadas com torreões, parece ser a materialização deste novo contexto social. Embora estas construções tenham sido edificadas como necessárias na defesa das comunidades, elas têm também uma função propagandística e mobilizadora, definindo uma arquitetura monumental coincidente com a transmissão de uma mensagem de poder por parte dos governantes locais. Esta mensagem manifesta-se também por um conjunto de *itens* representativos das novas elites, revestidas de um carácter marcial, entre os quais se contam as famosas estátuas de guerreiros (Figs. 12, 13 e 14), já mencionadas no ponto anterior. Estas curiosas esculturas têm tido interpretações divergentes, tal como a cronologia que lhes tem sido atribuída, desde o cumprimento de uma “função heroicizada de tutela” (Martins e Silva, 1984: 44), até à representação personalizada de *principes* locais, a quem, já no contexto da romanização, o

Império Romano terá atribuído a governação dos *populi*, entidades gentílicas pré-romanas que teriam sido mantidas nos primeiros tempos da fase altoimperial, até às reformas flavianas (Alarcão, 2003: 119-121). Mais recentemente, com uma tendência para a datação destas esculturas para épocas anteriores a Augusto, as estátuas de guerreiros têm sido também consideradas metáforas do poder, com valor apotropaico (González-Ruibal, 2006-07: 449), ou mesmo uma figuração dos “pais fundadores de uma linhagem dominante” (Lemos, 2009: 198). Na nossa leitura, as moedas romanas da *caetra* – cunhadas nos finais do século I a.C., pelas autoridades militares romanas, como vimos – reaproveitam ou mantêm a iconografia e a mensagem presente nas estátuas de guerreiros, transmitindo dessa forma às populações nativas uma ideia de continuidade e estabilidade. Esta continuidade terá sido real na medida em que a colaboração entre o poder romano e as elites indígenas, no território imediatamente a norte do Douro, no final do século I a.C., apresenta-se como o cenário mais provável (Martins, 2009: 219-221; Redentor, 2011: 220-227; Cruz, 2020: 127-132). Embora possamos considerar genericamente as esculturas de guerreiros como sendo mais antigas, elas estariam em pleno uso no tempo de Augusto, além de várias conservarem epígrafes latinas, seguramente gravadas por altura da transição da Era, ou mesmo depois (Martins e Silva, 1984: 36; Alarcão, 2003: 120-121; Redentor, 2011: 223).

A gravura de falcata da “Casa do Conselho”, que terá o seu paralelo visual mais próximo nos reversos das moedas da *caetra*, insere-se, na nossa interpretação, nesta mesma simbologia da tutela exercida pelas elites guerreiras dos *oppida*, um símbolo do poder do grupo socialmente dominante, associado à iconografia guerreira, e testemunho da hierarquização a que aludimos. A cronologia da gravura pode assumir-se em função da datação do espaço em que se encontra, que pode ser anterior ao século I a.C., como já apontámos, e que pode ter estado em utilização até ao século I d.C.

A gravação deste motivo na “Casa do Conselho” estará seguramente relacionada com a utilização do edifício, espaço coletivo, provável local de realização de banquetes, mais ou menos ritualizados, ou de reunião de uma assembleia, no âmbito da organização suprafamiliar da comunidade, que incluiria as suas relações externas. A primeira função tem tido como fonte

primordial o trecho da Geografia de Estrabão, em que se descrevem os banquetes (Estrabão, *Geografia*, III, 3, 7 in Deserto e Pereira, 2017), assim como rituais agonísticos, sacrifícios e danças, embora o geógrafo grego não especifique se isto se fazia no decurso de uma assembleia ou num âmbito necessariamente institucional (Armada Pita, 2005: 604). Contudo, o carácter multidimensional desta ideia de assembleia foi explorado, desde logo, por Alain Tranoy, que descreve estes eventos sociais no contexto de uma entidade acima da família nuclear, interpretando desta forma a palavra συγγένεια, parentesco ou afinidade, utilizada por Estrabão (Tranoy, 1981: 108). A ideia de que a organização da comunidade, e entre comunidades, se fazia por laços de parentesco, para além da família nuclear, é discutível, sendo de privilegiar também fatores territoriais, políticos, religiosos, económicos ou bélicos (Beltran Lloris, 1988: 236-237), o que pode indicar que Estrabão se referia ao âmbito estritamente familiar, e não à comunidade, ao descrever os banquetes (Silva, 1981-82: 84-85). No entanto, a correspondência exata entre a arquitetura das casas circulares com banco e a “Casa do Conselho”, que as reproduz a uma escala maior, indica que os banquetes de âmbito comunitário seguiriam as mesmas convenções que os encontros familiares. Se a estes momentos de comensalidade e ritualidade coletiva corresponderia uma reunião para efeitos de discussão e tomada de decisão, é uma possibilidade conjectural, como dissemos no início. Esta possibilidade, porém, pode incluir outro tipo de eventos coletivos que teriam lugar antes de, simultaneamente, ou no seguimento de, banquetes. Referimo-nos a atos de celebração de uma família em particular, a promoção de um indivíduo ou grupo através da distribuição ostentatória de comida e bebida, ou atos mais institucionais, como a mediação de conflitos, os pactos de hospitalidade, a decisão sobre a guerra ou a paz, fazendo da realização de banquetes um aspeto essencial da ação política de então (Armada Pita, 2005: 620-621; Lemos, 2009: 149).

Em todo o caso, interessa sublinhar a ideia de que, nos banquetes, familiares ou comunitários, a idade e o estatuto dos comensais seriam aspetos tidos em conta no lugar que cada um ocupava, como também diz Estrabão (Tranoy, 1981: 104). Isto posto, a realização de banquetes com uma distribuição hierarquizada de lugares (Armada Pita, 2005: 618), que

quadra com a descrição estraboniana, parece a função mais evidente para espaços como a “Casa do Conselho”. Neste contexto, talvez a gravura de que aqui nos ocupamos tenha tido, precisamente, a função de assinalar a posição onde era suposto sentar-se uma figura destacada. Embora esta hierarquia pudesse ser do conhecimento comum dos comensais, este motivo gravado poderia destacar o lugar de alguém que poderia presidir a uma assembleia, a uma cerimónia ou um ato jurídico, por exemplo, ou o promotor de uma celebração, numa ação de evergetismo. De facto, a gravação do que consideramos ser um símbolo de prestígio num dos bancos do recinto, tem implícita a proeminência política e identitária deste espaço, assim como da pessoa cujo lugar seria assinalado em diferentes possíveis circunstâncias. Em todo o caso, esta gravura parece revestir-se do mesmo capital simbólico das estátuas de guerreiros em granito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em resumo, a gravura identificada na “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros, estrutura escavada no século XIX, para a qual não existe documentação de escavação, representa um “punhal afalcatado”, uma arma ofensiva dos finais da Idade do Ferro. Os paralelos rupestres de gravuras de espadas similares são geograficamente distanciados desta região, em painéis ao ar livre, ou em suporte móvel, por vezes associados a figuras humanas que os ostentam. O paralelo geograficamente mais próximo são alguns exemplares de moedas da *caetra*, que mostram uma falcata no reverso, juntamente com outras armas, e que cremos emularem a iconografia do poder das elites locais.

A gravação deste elemento pode ser contemporânea da construção da casa, que se supõe anterior ao século I a.C., ou gravado posteriormente no decorrer desta centúria. Parece tratar-se de uma representação iconográfica do alegado *ethos* guerreiro da Idade do Ferro, simbolizando o reforço e centralização do poder das elites guerreiras, podendo diferenciar um lugar específico entre as pessoas que se sentariam neste espaço, fosse no decurso de banquetes coletivos, cerimónias, celebrações ou atos mais institucionais, como assembleias, juramentos e pactos.

A identificação deste elemento pode ajudar a compreender o pensamento das últimas comunidades sidéricas nesta região e o contexto político e social que conduziu à integração no Império Romano. O estudo deste e de outros possíveis espaços similares, particularmente em contexto de escavação arqueológica, poderá vir a revelar novos dados sobre a mentalidade, cultura e sociedade da Idade do Ferro.

AGRADECIMENTOS

Com especial agradecimento aos nossos colegas José Antunes e António Freitas, pela preciosa ajuda no registo de campo desta gravura. A Carla Braz Martins, pelas fotografias das esculturas no Museu Nacional de Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

- Aires, Cristóvão (1896). *História orgânica e política do Exército Português*. Vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Alarcão, Jorge (2003). As estátuas de guerreiros galaicos como representações de príncipes no contexto da organização político-administrativa do Noroeste pré-flaviano. *Madridrer Mitteilungen*, vol. 44, Madrid, 116-126.
- Almeida, Carlos e Almeida, Ana (2008). *Castro de S. Lourenço - Esposende*. Esposende: Câmara Municipal.
- Alves, Lara (2003) *The Movement of signs. Post glacial Rock Art in North-western Iberia*. Dissertação de Doutoramento, University of Reading, Reading, Grã-Bretanha.
- Armada Pita, Xosé-Lois (2005). *Formas y rituales de banquete en la Hispania indoeuropea*. Dissertação de Doutoramento, Universidade da Corunha, Faculdade de Humanidades de Ferrol, Ferrol, Espanha.
- (2008). Carne, drogas o alcohol? Calderos y banquetes en el Bronce Final de la Península Ibérica. *Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada. Monográfico: Poder y Prestigio en las sociedades prehistóricas peninsulares: el contexto social del consumo de alimentos y bebidas*, vol. 18, 125-162.
- Beltran Lloris, Francisco (1988). Un espejismo historiográfico. Las «organizaciones gentilicias» hispanas. In Gerardo Pereira Menaut (Dir.), *Actas del 1er. Congreso Peninsular de Historia Antigua (197-237)*. Universidade de Santiago de Compostela.

- Bettencourt, Ana; Sanches, Maria; Dinis, António; Cruz, Carlos (2004). The rock engravings of Penedo do Matrimónio in Campo de Caparinho, Vilar de Perdizes, Montalegre (Northern Portugal). *Journal of Iberian Archaeology*, 6, 61-82.
- Cardoso, Daniela (2015). *A Arte Atlântica do Monte de São Romão (Guimarães) no contexto da Arte Rupestre Pós-paleolítica da bacia do Ave - Noroeste Português*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal.
- Cardozo, Mário (1956). Exploração Arqueológica na Citânia de Briteiros. Relatório da 24.ª campanha (ano de 1956). *Revista de Guimarães*, 66, 3-4, 508-512.
- Centeno, Rui (2020). Cronologias e mundos de transição na Cultura Castreja: os achados monetários. In Rui Centeno; Rui Morais; Teresa Soeiro e Daniela Ferreira (Coords.), *Atas do Congresso Internacional Cultura Castreja: Identidade e Transições* (93-105). Santa Maria da Feira: Câmara Municipal.
- Coutinho, Luís; Bettencourt, Ana; Sampaio, Hugo; Henriques, Renato (2022). Between heroes or deities? Iron Age sacrificial agencies depicted in rock 6 from Monte das Porreiras (Northwest Portugal). *Zephyrus*, 89, 173-189.
- Cruz, Gonçalo (2015). O surgimento do espaço urbano no Noroeste da Ibéria. Uma reflexão sobre os *oppida* pré-romanos. In Martínez Peñín e Cavero Domínguez (Eds.), *Evolución de los espacios urbanos y sus territorios en el Noroeste de la Península Ibérica* (403-424). León: Instituto de Estudios Medievales de la Universidad de León, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- (2020). *Citânia e Sabroso. Memória histórica e arqueológica*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento.
- Deserto, Jorge e Pereira, Susana da Hora Marques (2017). *Estrabão, Geografia. Livro III. Introdução, tradução do grego e notas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Fabião, Carlos (1993). O passado proto-histórico e romano. In José Mattoso (Coord.), *História de Portugal*, vol. I (76-299). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gabaldón, Mar (2003). *La falcata de Almedinilla (Córdoba). La Edad del Hierro*. Pieza del Mes, Ciclo 2003, Las armas: defensa, prestigio y poder. Museo Arqueológico Nacional, Madrid. Disponível online em www.man.es.
- García-Bellido, María (2006). Ejército, moneda y política económica. In María García-Bellido (Coord.), *Los campamentos romanos en Hispania (27 a. C.-192 d. C.). El abastecimiento de moneda, Anejos de Gladius 9*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- Gomes, Mário (2004-05). A hierogamia do Penedo do Matrimónio (Montalegre, Vila Real). *Arqueologia & História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, números 56-57, 51-63.

- González García, Francisco (2007). La guerra en la Gallaecia antigua: del guerrero tribal al soldado imperial. *Sémata, Ciências Sociais e Humanidades*, 19, 21-64.
- González-Ruibal, Alfredo (2006-07). *Galaicos. Poder y Comunidad en el Noroeste de la Península Ibérica (1200 a.C. – 50 d.C.)*, *Brigantium*, 18-19. Corunha: Museo Arqueológico e Histórico da Coruña.
- González-Ruibal, Alfredo; Rodríguez Martínez, Rafael e Ayán Vila, Xurxo (2010). Buscando a los Púnicos en el Noroeste. *Mainake*, 32, 577-600.
- Lemos, Francisco (2009). A Cultura Castreja no Minho. Espaço nuclear dos grandes povoados proto-históricos do Noroeste Peninsular. In Paulo Pereira (Coord.), *Minho, traços de identidade* (122-213). Braga: Universidade do Minho.
- Luís, Luís (2023). Primeiro inventário figurativo da arte rupestre da Idade do Ferro entre o Côa e o Douro. In Dalila Correia; André Santos (Eds.), *Por este rio acima: A arte pré e proto-histórica do Vale do Côa: Estudos em homenagem a António Fernando Barbosa* (181-265). Côa Parque, Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Côa.
- Martins, Manuela (1990). *O povoamento proto-histórico e a romanização na bacia do curso médio do Cávado. Cadernos de Arqueologia, Monografias*. Braga: Universidade do Minho.
- (2009). A Romanização. In Paulo Pereira (Coord.), *Minho, traços de identidade* (216-269). Braga: Universidade do Minho.
- Martins, Manuela e Silva, Armando (1984). A estátua de guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde). *Cadernos de Arqueologia*, 1, 29-47.
- Núñez Meneses, Pablo (2014). La moneda lucense de la caetra. *Omni, Revista Numismática*, 8, 92-117.
- Redentor, Armando (2011). *A Cultura epigráfica no Conventus Bracaravgvstanvs (Pars Occidentalis). Percursos pela sociedade brácará da época romana*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.
- Royo Guillén, José (2009). El arte rupestre de la Edad del Hierro en la Península Ibérica y su problemática: aproximación a sus tipos, contexto cronológico y significación. *Salduie. Estudos de Prehistória y Arqueología*, 9, 37-69.
- Santos-Estévez, Manuel; Bettencourt, Ana; Sampaio, Hugo; Brochado, Cláudio; Ferreira, Gonçalo (2017). Shape and meaning: engraved weapons as materialisations of the Calcolithic/Early Bronze Age cosmogony in north-west Iberia. In A. Bettencourt; M. Santos-Estévez; H. Sampaio; D. Cardoso (Eds.), *Recorded Places, Experienced Places. The Holocene Rock Art of the Iberian Atlantic Northwest*, British Archaeological Reports – BAR (151-165). Oxford: BAR Publishing.

- Sarmiento, Francisco (1905). Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães. Citânia. *Revista de Guimarães*, 22, 3-4, 97-123.
- Schattner, Thomas (2004). Novas aproximações às estátuas de guerreiros lusitano-galaicos. *O Arqueólogo Português*. Série IV, vol. 22, 9-66.
- Silva, Andreia (2020). *Representações antropomórficas na arte móvel da Proto-história do Vale do Sabor (Trás-os-Montes Oriental)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Silva, António José (2008). *Vivre au-dela du fleuve de l'oubli. Portrait de la communauté villageoise du Castro do Vieito au moment de l'intégration du NO de la péninsule ibérique dans l'orbis Romanum*. AMS - Análise e Consultadoria Arqueológica Lda.
- Silva, Armando (1981-82). Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugália*, Nova Série, vol. 2-3, 83-94.
- (2007). *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, Maria de Fátima (2006). *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia superior do Rio Coura: estudo, musealização e divulgação*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Granada, Granada, Espanha.
- Tranoy, Alain (1981). *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Centre Pierre Paris - CNRS Bordeaux III. Paris: Difusion du Bocard.
- Tristão, Leandro (2012). *Armas e Ritos na II Idade do Ferro do Ocidente Peninsular*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Vázquez Varela, J. (1999). Los petroglifos prehistóricos de armas metálicas de Galicia en el contexto de la Península Ibérica, Europa y África. *Sémata, Ciências Sociais e Humanidades*, 11, 15-32.
- Vilaça, Raquel e Bottaini, Carlo (2021). Depósitos metálicos em meio húmido, e suas margens, da Idade do Bronze em Portugal: uma perspetiva global. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 28, 257-276.
- Villa Valdés, Ángel (1999-2000). Descripción de estructuras defensivas e trazado urbano no Castro do Chao de San Martín (Grandas de Salime, Asturias). *Boletín do Museo Provincial de Lugo*, 9, 367-419.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro



Fig. 1 – A “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros.



Fig. 2 – Extrato do levantamento topográfico de 1892, com registo da “Casa do Conselho” (assinalada pelo número 5). Levantamento de Álvaro de Castelões, original na Biblioteca Nacional de Portugal, cota C.C. 382 A.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

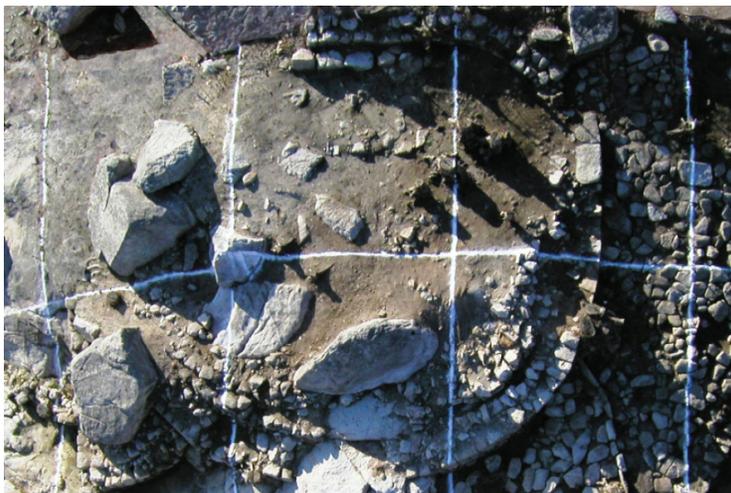


Fig. 3 – A cabana comunitária do Castro do Vieito, durante os trabalhos de escavação. Imagem de António Silva (Silva, 2008: foto 2.10).

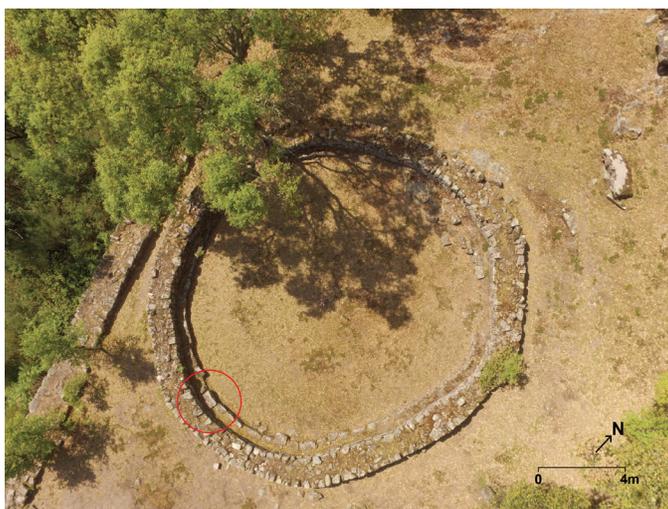


Fig. 4 – Vista aérea da “Casa do Conselho” da Citânia de Briteiros.
O círculo assinala o local da gravura no banco interior.

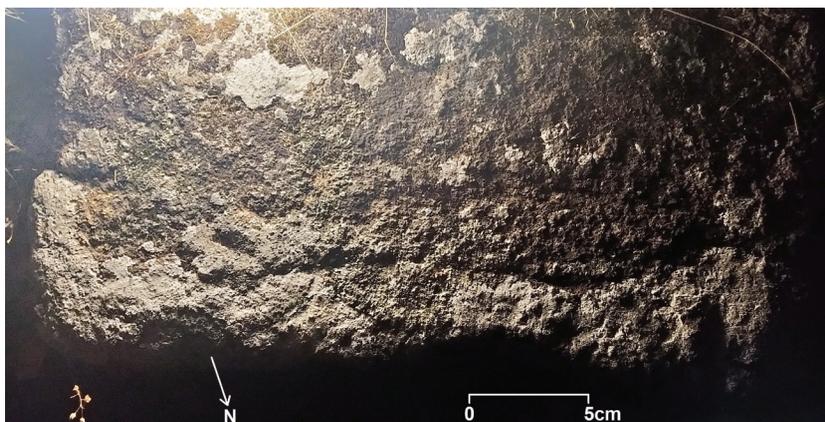


Fig. 5 – Fotografia noturna da gravura de arma da Citânia de Briteiros.

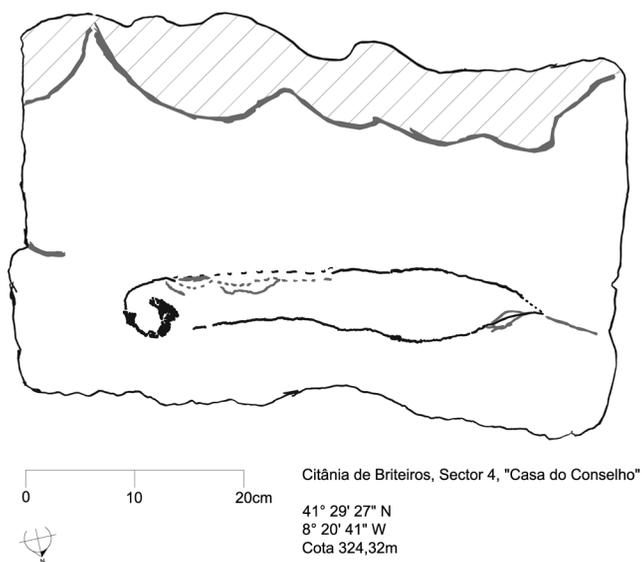


Fig. 6 – Decalque da gravura de arma da Citânia de Briteiros.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

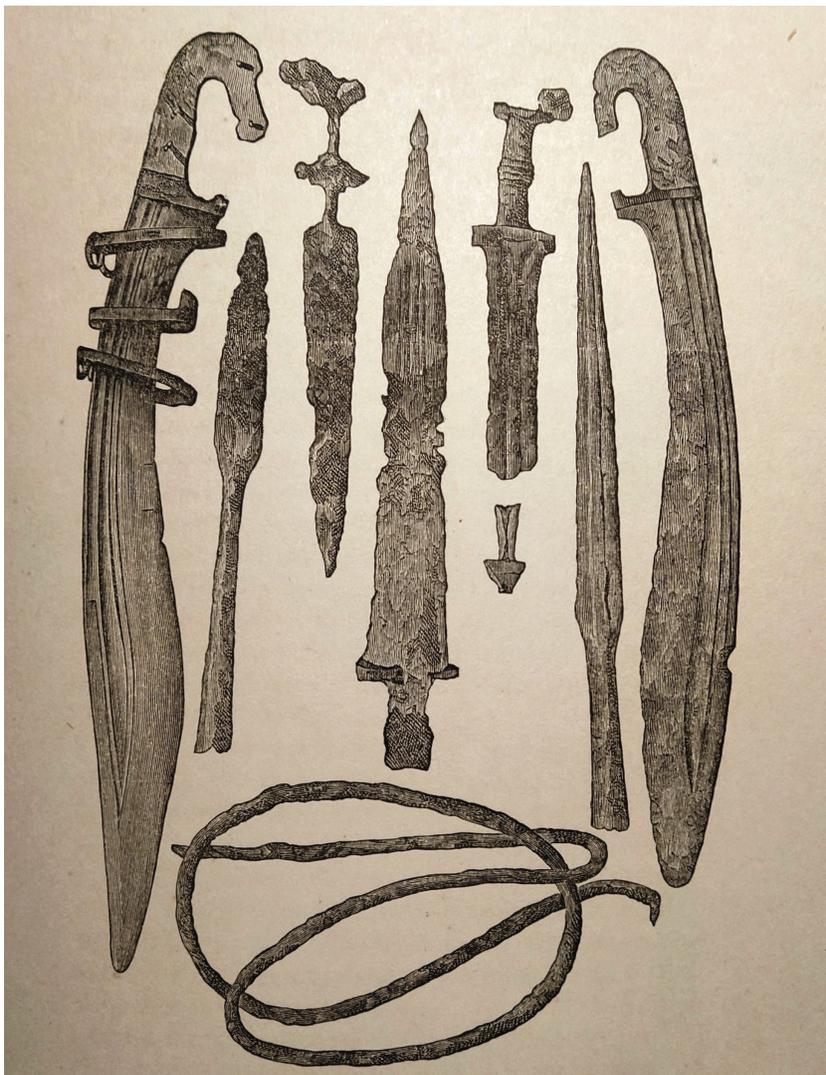


Fig. 7 – Conjunto de armas recolhidas em Almedinilla (Córdoba).
Nas extremidades, duas falcatas ibéricas. Ilustração de Cristóvão Aires
(Aires, 1896: Estampa VII).

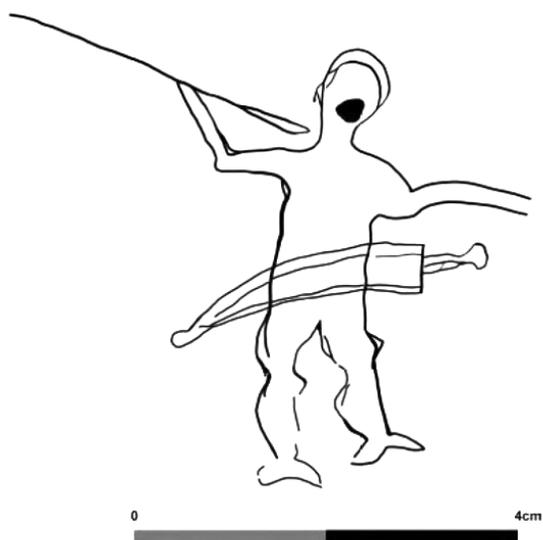


Fig. 8 – Decalque de antropomorfo armado com falcata embainhada e brandindo uma lança, num dos elementos gravados móveis do sítio fortificado do Castelinho. Realizado por Andreia Silva (Silva, 2020: 56, figura 31).



Fig. 9 – Decalque de rocha gravada no “sector espadas” do santuário rupestre de Molino Manzánéz, Badajoz. Realizado por Hipólito Collado Giraldo (extraído de Royo Guillén, 2009: 57, figura 24).



Fig. 10 – Reverso de moeda da *caetra* recolhida na Citânia de Briteiros em 1879.
Do lado direito, a representação de falcata está quase impercetível.



Fig. 11 – A mesma moeda de bronze, em fotografia de Martins Sarmiento, pouco
depois da sua recolha. À direita do conjunto, a representação da falcata.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

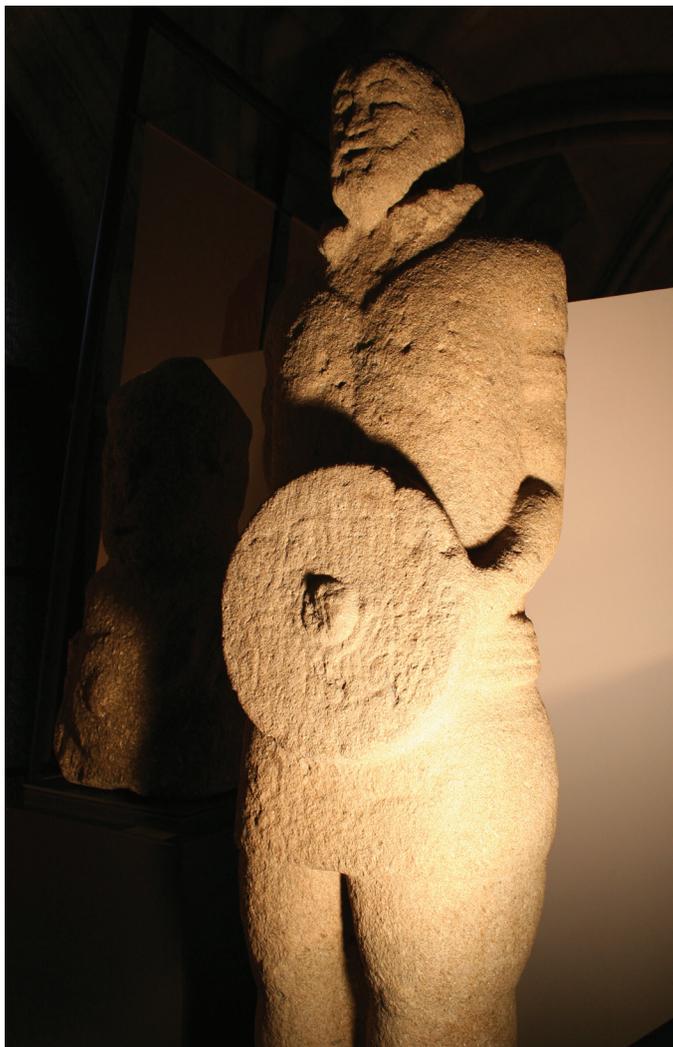


Fig. 12 – Uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 13 – Pormenor de uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.

A propósito de uma gravura de arma da Citânia de Briteiros (norte de Portugal).
Iconografia guerreira no final da Idade do Ferro

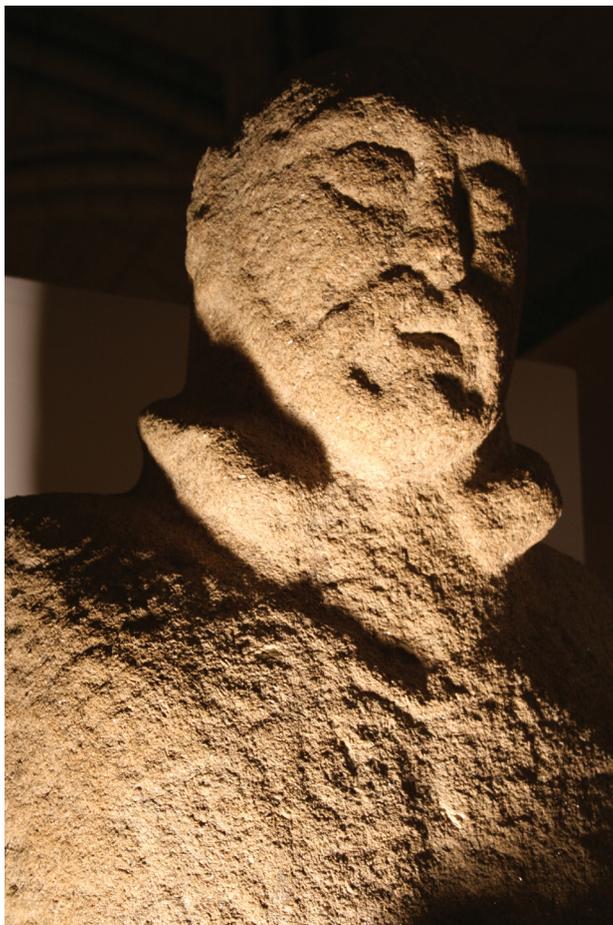


Fig. 14 – Pormenor de uma das estátuas de guerreiro recolhidas em Covas do Barroso, Boticas, no Museu Nacional de Arqueologia.

